

EXISTE CONCEITO E/OU “CONSENSO” SOBRE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA? REFLEXÕES A PARTIR DA LITERATURA NACIONAL

Taize Sbardelotto¹

Cláudio Claudino da Silva Filho²

Elaine Natália de Souza³

Ana Karla Scheibner⁴

Segundo o Ministério da Saúde, violência remete a qualquer ato agressivo que pode se manifestar de forma física, sexual, psicológica, por negligência e/ou privação. Assim, as políticas e iniciativas nacionais voltadas para o enfrentamento da violência como prioridade de saúde coletiva, baseiam-se na definição da Organização Mundial da Saúde de que a violência é entendida como a utilização da força ou do poder, contra si mesmo ou contra outro indivíduo, grupo ou comunidade, tendo a possibilidade ou resultando em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. Presente em diversas destas circunstâncias, a violência contra a mulher também é entendida como um problema social, por se tratar de uma violação dos direitos humanos, e por apresentar-se em diversos cenários, como nas de instituições de saúde, sejam estas privadas ou públicas, e também de diversas maneiras ou períodos, como a violência durante o ciclo gravídico-puerperal, ou “violência obstétrica”. Porém diante deste termo relativamente jovem no meio técnico e acadêmico, esse estudo tem como objetivo geral descrever os conceitos atrelados à violência obstétrica a partir da literatura nacional, vislumbrando seu grau de “consenso” ou não entre os pesquisadores da área. Trata-se de uma revisão bibliográfica, do tipo narrativa, realizada a partir de diferentes bases de dados, tais como: medline, b-on e scielo. Selecionaram-se 06 materiais que tratavam diretamente do objeto deste estudo, sendo o período delimitado entre 2010 e 2014. A partir do conteúdo encontrado, pode-se perceber que há pouca literatura nacional preocupada com a definição específica de violência obstétrica como uma modalidade cada vez mais pautada nos serviços de saúde. Os estudos dão pistas de suas formas de emergir, como condutas profissionais desumanizadas, impedimentos para a mulher em tomar decisões quanto a procedimentos a serem adotados em seu corpo, uso de métodos que prejudiquem ou dificultem o contato da mãe com seu filho logo após o parto, negligencia no

¹ Acadêmica da 7ª fase do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Chapecó/SC. E-mail: ize_sb@hotmail.com

² Orientador do estudo e Professor. Enfermeiro, Doutorando (UFSC) e Mestre (UFBA) em Enfermagem, Professor Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *Campus* Chapecó-SC, integrante do Grupo de Pesquisa em Educação em Enfermagem e Saúde (EDEN/UFSC), Colaborador UNA SUS/UFSC Atenção Básica - Programa Mais Médicos e PROVAB, Pesquisador GEPEGECE/UFFS, NESCO e EAI/UNIVASF, VSQV/UFBA. E-mail: claudio.filho@uffs.edu.br

³ Acadêmica da 9ª fase do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Chapecó/SC. E-mail: elaine-naty@hotmail.com

⁴ Acadêmica da 7ª fase do curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, *Campus* Chapecó/SC. E-mail: ana.scheibner@yahoo.com.br

[Digite texto]

atendimento, e o uso de violência verbal. Estudos ressaltam a lacuna nacional de legislações que reconheçam especificamente a violência obstétrica como uma violação aos direitos das mulheres, pelo fato desta prática mostrar-se corriqueira. Reconhece-se, contudo, a Lei Maria da Penha como um avanço substancial no reconhecimento de outras formas concomitantes de violências, já que violência obstétrica pode ser cometida desde o ambiente doméstico, frequentemente pelo parceiro íntimo, até o institucional, por profissionais de saúde. Neste âmbito institucional na saúde, percebe-se uma dificuldade dos pesquisadores em entender a violência obstétrica como possível de aparecimento em todo ciclo gravídico-puerperal, ou seja, está implicada muito além do momento do parto em si, o qual aparenta ser o período mais focado. Diante dos dados encontrados, percebe-se a necessidade de avançar-se nas reflexões teóricas em torno do conceito “específico” sobre o tema, já que assim poder-se-á classificar condutas profissionais em saúde como próximas ou distantes da noção de violência obstétrica, bem como quais as modalidades concomitantes de violências que também afligem as mulheres nesse período constitutivo do ser mãe, de modo a facilitar também a construção de estratégias que efetivamente enfrentem e tentem minimizá-la.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde da mulher. Saúde reprodutiva. Violência de Gênero.